

Agência
Goiana de
Infraestrutura
e Transportes



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

PORTARIA Nº 36, de 17 de fevereiro de 2023

Dispõe sobre
orientações e procedimentos para concessão de acesso externo para
consulta a processos públicos do Sistema Eletrônico de Informações – SEI
– de origem desta Agência.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA, no uso de suas atribuições legais, em especial as que lhes conferem os artigos 76 da Lei Estadual nº 21.792, de 16/02/2023 (publicada no Diário Oficial do Estado, de igual data), e o artigo 4º, XII, do [Decreto Estadual nº 10.213/2023](#) (Regulamento da GOINFRA), e ainda a [Lei Estadual nº 17.039, de 22/07/2010](#), que dispõe sobre a informatização e a digitalização dos processos e atos da Administração Estadual, o [Decreto Estadual nº 8.808, de 25/11/2016](#), que instituiu o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a Instrução Normativa nº 008/2017 – SEGPLAN (Atual Secretaria de Estado da Administração – SEAD), que estabelece as normas gerais e os procedimentos relativos a gestão, ao funcionamento e utilização do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, a [Lei Estadual nº 18.025, de 22 de maio de 2013](#), que dispõe sobre o acesso a informações e a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011, e o disposto no [Decreto nº 7.904, de 11 de junho de 2013](#), e considerando a necessidade de padronizar internamente no âmbito desta Agência os procedimentos referentes à concessão de acesso externo a visualização de processos no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, resolve:

Artigo 1º. Determinar que pessoas físicas ou jurídicas poderão obter acesso externo para visualização de processos SEI de categoria de acesso classificados como de natureza pública (IN nº 008/2017 – SEGPLAN/SEAD, artigo 53, e itens XXI e XXII, dos Termos e Definições), e desde que referiram-se a processos de origem da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte – GOINFRA, mediante requerimento formal formulado nos moldes dessa Portaria.

Artigo 2º. Fica vedada a disponibilização de acesso externo a processos classificados internamente com nível de acesso restrito ou sigiloso (IN nº 008/2017 – SEGPLAN/SEAD, artigos 53, 55 e 56, Itens XXIV e XXV dos Termos e Definições) quando o requerente não seja parte interessada, devendo o caso ser submetido à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos – CPADS, instituída pela Portaria GOINFRA nº 35/2023-GOINFRA (000038153724), com o encaminhamento dos autos à unidade SEI da Chefia de Gabinete desta Agência, assim como o acesso a processos referentes a procedimentos originários do Poder Judiciário em qualquer de suas esferas, dos Ministérios Públicos Estaduais e Federal, das Controladorias Gerais do Estado (CGE) e da União (CGU) e dos Tribunais de Contas do Estado (TCE) e da União (TCU), órgãos para os quais deverão ser direcionados os referidos requerimentos de acesso.

Artigo 3°. Os requerimentos de acesso externo para fins exclusivamente de visualização de processos deverão ser instruídos imprescindivelmente com a documentação da pessoa física ou jurídica requerente e comprovante de endereço, em formato impresso ou em formato PDF, com a identificação da informação, documento ou processo(s) pretendido(s), acompanhados de e-mail do requerente para encaminhamento via sistema SEI do acesso requerido.

Artigo 4°. Devidamente autuados pelo Protocolo Setorial da Agência em processo SEI, os requerimentos serão encaminhados à Gerência da Secretaria-Geral, e desta direcionados para as Diretorias, Gerências ou unidades técnicas internas relacionadas ao(s) contrato(s), demanda(s) ou objeto(s) do(s) processo(s) pretendido(s) ou que com ele(s) se relacione(m).

Parágrafo primeiro – Recepcionadas nas referidas unidades, os requerimento(s) de acesso serão analisados previamente e verificada a possibilidade de disponibilização de acesso(s) ao(s) processo(s) requerido(s), o acesso será liberado/disponibilizado, pelo prazo solicitado, limitado à 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ou por 30 (trinta) dias quando não informado prazo, salvo quando identificada hipótese impeditiva de concessão de acesso, a ser devidamente justificada nos termos da lei.

Parágrafo segundo – Não sendo verificada a regularidade da instrução do requerimento ou a impossibilidade da concessão, a unidade responsável pelo processo enviará mensagem eletrônica, via SEI, para o e-mail requerente, informando da necessidade de regularização do requerimento com o reenvio dos documentos necessários ou resposta para a impossibilidade de concessão.

Artigo 5°. Esta Portaria tem vigência a partir da data de sua publicação, revogando-se as Portarias nº 332/2020-GOINFRA (000014897844) e nº 91/2021-GOINFRA (000019011998).

LUCAS ALBERTO VISSOTTO JÚNIOR

Gerência da Secretaria-Geral da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ALBERTO VISSOTTO JUNIOR, Presidente**, em 02/03/2023, às 16:25, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 000038161454 e o código CRC 02F14E21.

SECRETARIA GERAL

AVENIDA GOVERNADOR JOSÉ LUDOVICO DE ALMEIDA, 20 (BR-153, Km 3,5) - Bairro CONJUNTO CAICARA - GOIANIA
- GO - CEP 74775-013 - (62)3265-4018.



Referência: Processo nº 202300036002138



SEI 000038161454